

Demonstrações Contábeis

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', written over a horizontal line.

Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.672	1.746
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		2.260	1.750
Ativo contratual da concessão	5	26.271	22.887
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		6	201
Outros tributos compensáveis		1	77
Outros ativos		724	786
		<u>38.934</u>	<u>27.447</u>
Ativo não circulante			
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		291	286
Ativo contratual da concessão	5	88.389	86.206
Outros ativos		2.976	2.977
Imobilizado		125	153
Intangível		11	4
		<u>91.792</u>	<u>89.626</u>
Total do ativo		<u>130.726</u>	<u>117.073</u>

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Passivo circulante			
Arrendamento mercantil		35	36
Fornecedores		1.210	294
Imposto de renda e contribuição social a pagar		211	224
Outros tributos a pagar		436	449
Dividendos a pagar	9	6.799	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	7	1.747	1.522
Outros passivos		1.364	1.506
		<u>11.802</u>	<u>4.031</u>
Passivo não circulante			
Arrendamento mercantil		58	79
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	3.845	3.643
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	7	5.878	5.732
		<u>9.781</u>	<u>9.454</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	9	74.744	83.744
Reservas de lucro	9	14.004	12.573
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	9	20.395	7.271
		<u>109.143</u>	<u>103.588</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>130.726</u>	<u>117.073</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	11	33.549	29.606
Custos dos serviços prestados			
Pessoal		(1.576)	(1.814)
Material e serviços de terceiros		(386)	(3.114)
Outros		(41)	(37)
Lucro bruto		31.546	24.641
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Pessoal e administradores		(187)	(182)
Material e serviços de terceiros		(1.418)	(128)
Depreciação e amortização		(38)	(54)
Outras despesas operacionais líquidas		(20)	(78)
		(1.663)	(442)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		29.883	24.199
Receitas financeiras	12	115	509
Despesas financeiras	12	(81)	(132)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		29.917	24.576
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(1.121)	(1.036)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 e 13	(171)	(97)
Lucro líquido do exercício		28.625	23.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	28.625	23.443
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>28.625</u>	<u>23.443</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2018		83.744	7.178	4.230	12.662	-	107.814
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	(7)	(12.662)	-	(12.669)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	23.443	23.443
Destinação proposta à AGO:							
Reserva legal		-	1.172	-	-	(1.172)	-
Pagamento de dividendos intermediários		-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	7.271	(7.271)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		83.744	8.350	4.223	7.271	-	103.588
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(7.271)	-	(7.271)
Redução de capital		(9.000)	-	-	-	-	(9.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	28.625	28.625
Destinação proposta à AGO:							
Reserva legal		-	1.431	-	-	(1.431)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(6.799)	(6.799)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	20.395	(20.395)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9	74.744	9.781	4.223	20.395	-	109.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	29.917	24.576
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	38	54
Juros e variação monetária	70	124
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	371	(1.312)
Outros itens	-	195
	<u>30.396</u>	<u>23.637</u>
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	(515)	31
Ativo contratual da concessão	(5.567)	(3.116)
Tributos a recuperar	271	10
Outros ativos	63	2.004
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	916	265
Tributos e contribuições sociais a recolher	(541)	(188)
Outros passivos	(194)	1.351
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(575)	(797)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>24.254</u>	<u>23.197</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Redução de capital	(9.000)	-
Aplicações no imobilizado	(8)	-
Aplicações no intangível	(8)	(4)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(9.016)</u>	<u>(4)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos	(7.271)	(27.668)
Pagamento de arrendamento mercantil	(41)	(33)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(7.312)</u>	<u>(27.701)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>7.926</u>	<u>(4.508)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.746	6.254
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>9.672</u>	<u>1.746</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>7.926</u>	<u>(4.508)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica (“LUMI”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 14 de outubro de 2003 e tem como objeto social implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua das Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala F - São Paulo - SP.

A LUMI possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão						
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Ciclo do degraú
007/2004	30	2034	31.841	IGPM	out/07	2022-2023

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725 de 14/07/2020.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da LUMI entende, que ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, e visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional—Continuação

1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2021.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.2. Adoção do Ofício circular CVM 04/2020

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular 04/20 que orienta quanto às práticas contábeis introduzidas com a adoção do CPC 47 e do CPC48 a serem observados pelas Companhias transmissoras de energia elétrica. Os principais aspectos são: (i) atribuição de margens para o reconhecimento das receitas oriundas das obrigações de performance de construção e de operação e manutenção; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto do fluxo financeiro dos ativos contratuais da concessão, obtido após a atribuição das respectivas margens (iii) segregação em rubrica específica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adequou suas práticas contábeis, revisitou as taxas de descontos do ativo contratual, em comparação com a prática anterior, e não identificou nenhum ajuste relevante no resultado do exercício, relativo a exercícios anteriores, advindo dos aspectos mencionados, dado que desde a adoção inicial do CPC 47, a LUMI já adotava margens tanto na receita de construção quanto na receita de operação e manutenção.

2.3. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da LUMI. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a LUMI efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da LUMI avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção e O&M. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a LUMI tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também das contribuições e encargos regulatórios.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.1. Reconhecimento da receita--Continuação

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também das contribuições e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, que é de 11% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA ou IGP-M.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da LUMI revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020, a LUMI não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, arrendamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a LUMI possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.7. Provisões—Continuação

Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8. Arrendamentos

A LUMI avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a LUMI reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.9. Tributação

3.9.1. Tributos sobre a receita

As receitas da LUMI estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.9. Tributação--Continuação

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da LUMI são calculados pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.11. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da LUMI, estão descritas a seguir. A LUMI pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Substituição do IFRS 4 - Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro. A entrada em vigor ocorrerá para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato. A entrada em vigor ocorrerá para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022;
- Alterações ao IAS 16 - Ativo Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	151	85
Aplicações financeiras	9.521	1.661
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>9.672</u>	<u>1.746</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas em média 92,57% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2020 (90,00% em 31 de dezembro de 2019).

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da LUMI é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação das linhas de transmissão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	104.887
Receita de operação e manutenção	13.221
Remuneração do ativo contratual da concessão	15.505
Receita de implantação de infraestrutura	3.271
Realização do ativo contratual (recebimento)	(27.791)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	109.093
Receita de operação e manutenção	13.999
Remuneração do ativo contratual da concessão	33.324
Receita de implantação de infraestrutura	(10.892)
(-) Parcela variável	(188)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(30.676)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	114.660
Ativo contratual da concessão - circulante	26.271
Ativo contratual da concessão - não circulante	88.389
Total circulante e não circulante	114.660

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A LUMI considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual, somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) – interpretação contratos de concessão, OCPC 05 – orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) – arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.360
Imposto diferido reconhecido no resultado	97
Reclassificação de impostos correntes	186
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.643</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	171
Reclassificação de impostos correntes	31
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>3.845</u></u>

7. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PIS e COFINS diferidos	4.184	3.982
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	2.982	2.836
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	459	436
	<u>7.625</u>	<u>7.254</u>
Passivo circulante	1.747	1.522
Passivo não circulante	5.878	5.732

8. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui demandas judiciais e administrativas classificados como probabilidade de perda “provável”, por isso, não contabilizou qualquer provisão. Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificadas como “possível” têm valor estimado de R\$302 referente a dois processos de natureza trabalhista e um referente a processo de natureza tributária e (em 31 de dezembro de 2019, R\$126 referente a dois processos de natureza trabalhista e um processo de natureza tributária).

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 74.744 (R\$ 83.744 em 31 de dezembro de 2019), representado por 72.012.095 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	57.609.676	80,00%	80,00%
Alupar Investimento S.A.	10.801.280	15,00%	15,00%
Auto Invest Inspeções Técnicas de Veículos Ltda.	3.601.139	5,00%	5,00%
	72.012.095	100,00%	100,00%

Conforme AGE nº 03/20 de 29 de junho de 2020, foi aprovado a redução de capital social da Companhia no montante de R\$9.000, sem alteração na quantidade de ações ordinárias.

9.2. Reservas de lucro

9.2.1. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$9.781 (R\$ 8.350 em 31 de dezembro de 2019).

9.2.2. Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação gerado pela adoção do CPC47 ocorrerá em exercícios futuros. Em atendimento ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia deliberará futuramente sobre a destinação da conta de "Reservas de retenções de lucros". O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$4.223.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Patrimônio líquido

9.2. Reservas de lucro

9.2.3. Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da LUMI, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	28.625	23.443
Constituição da reserva legal	(1.431)	(1.172)
Base de cálculo de dividendos	27.194	22.271
Dividendos mínimos obrigatórios	(6.799)	-
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(20.395)	(7.271)
Dividendos intermediários	-	(15.000)
Saldo de lucros acumulados	-	-

10. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$21 em 31 de dezembro de 2019, sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a LUMI não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Receita operacional líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional bruta	36.431	31.997
(-) Parcela variável	(188)	-
Deduções da receita operacional	(2.694)	(2.391)
PIS	(236)	(207)
COFINS	(1.087)	(959)
Quota para reserva global de reversão – RGR	(942)	(831)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(284)	(266)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(145)	(128)
Receita operacional líquida	<u>33.549</u>	<u>29.606</u>

12. Receitas e despesas financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras	115	509
Receita de aplicações financeiras	111	441
Juros ativos	2	15
Outras receitas financeiras	2	53
Despesas financeiras	(81)	(132)
Juros sobre arrendamento mercantil	(19)	(11)
Variação monetária	(51)	(113)
Outras despesas financeiras	(11)	(8)
Resultado financeiro líquido	<u>34</u>	<u>377</u>

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro presumido e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	36.243	36.243	31.997	31.997
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	2.899	4.349	2.560	3.840
Receitas financeiras	115	115	509	509
Base de cálculo	3.014	4.464	3.069	4.349
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	754	402	742	391
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	99	61	-	-
Imposto de renda e contribuição social	829	463	742	391
Imposto de renda e contribuição social correntes	718	403	679	357
Imposto de renda e contribuição social diferidos	111	60	63	34

A LUMI possui antecipação da tutela garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a LUMI não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

- Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado
- Equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber da concessão é classificado como pelo custo amortizado.
- Fornecedores e arrendamentos são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A LUMI utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A LUMI classifica os saldos de equivalentes de caixa como nível I.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Instrumentos financeiros

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da LUMI podem ser assim identificados:

- *Risco de crédito* - a LUMI mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 991 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a LUMI mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- *Risco de preço* - as receitas da LUMI são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, e pela variação do IGP-M.
- *Risco de liquidez* - a principal fonte de caixa da LUMI é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão (DIT) é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da LUMI não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

15. Benefícios à empregados

A LUMI oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.